Lisboa e a sua Área Metropolitana

Infraestruturas de Conexão

Tiago Teixeira[1 *], Mafalda Sampayo [2**]

1 tiagost1994@hotmail.com, 2 mgts@iscte-iul.pt

** ISCTE-IUL; ** CIES-IUL*

Resumo

É objetivo deste artigo sistematizar o processo de crescimento da cidade de Lisboa no território da sua área metropolitana e perceber de que forma é que as estruturas de conexão podem ajudar a homogeneizar o território urbano. Para estudar esta questão, o artigo encontra-se organizado em três momentos principais: "Contexto Histórico: Do Centro Consolidado ao Urbano Descontínuo", "A Metrópole Dividida e Difusa" e "Infraestruturas de Conexão nas Áreas Metropolitanas". No contexto histórico, mostra-se o crescimento faseado da cidade de Lisboa através de esquemas realizados em função de diversa cartografia da cidade (1147, 1375, 1650, 1800, 1866, 1911, 1950, 1990 e 2018). Explica-se ainda o desenho do território referente à Área Metropolitana de Lisboa de 1385 a 1852. A retrospetiva explicada em "A Metrópole Dividida e Difusa" mostra que o desenvolvimento das novas infraestruturas tem implicações nas periferias com a caracterização da fragmentação do espaço. Por último, em "Infraestruturas de Conexão nas Áreas Metropolitanas" evidencia-se a importância das infraestruturas na estruturação da cidade-região metropolitana.

Introdução

O presente artigo centra a reflexão sobre o processo de crescimento da cidade de Lisboa no território da sua área metropolitana e sistematiza esta análise mostrando o funcionamento das estruturas de conexão na uniformização do território urbano.

Sobre o tema em análise existem diferentes estudos da área da morfologia urbana, que contribuíram com leituras sobre o desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa (AML). Reunimos várias referências para o desenvolvimento deste trabalho. Nomeadamente: (i) António Oliveira Marques (2003) e Barata Salgueiro (2001) contextualizando o contexto histórico do tema; (ii) Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral (2007 e 2011), Margarida Pereira e Fernando Silva (1986), contextualizando os tópicos de uma metrópole dividida e difusa e infraestruturas de conexão nas áreas metropolitanas.

Em meados do século XX, devido a um enorme aumento de população, os diferentes centros urbanos expandem-se para fora dos seus limites. O incremento da área urbanizada, tipo mancha de óleo (Pereira 2004) desloca-se ao encontro de pequenos núcleos periféricos, resultado de um processo de conurbação. Surgem assim, as periferias que acabam por integrar uma nova área: uma área metropolitana correspondente a uma cidade-centro. Com este fenómeno, a maneira como se vive o novo espaço urbano transforma-se, baseando-se nas relações que a grande cidade mantém com os seus subúrbios (cidades-satélite).

Estes novos subúrbios, onde a população espera encontrar melhores condições de vida, ajudam a complementar as fragilidades sentidas no centro da área metropolitana. Nestes subúrbios é possível encontrar locais novos e amplos para residir a um preço mais económico. Esta realidade torna-se dependente de movimentos pendulares assentes sobre redes de infraestruturas que permitem as conexões centro-periferia.

Com o crescimento e expansão dos limites das cidades, as áreas urbanizadas conquistam espaços vazios, próximos à cidade-centro. Com isto, surgem pequenas aglomerações periféricas, ganhando uma nova atenção por grande parte das populações. Este é o principal tema deste trabalho teórico, onde é propósito evidenciar as principais transformações urbanas atendendo às diferenças geográficas, económicas e sociais.
Através do caso de estudo da AML, há inúmeras questões que são analisadas, destacando-se três: i) Que motivos originam a saída de população da cidade-centro para outros núcleos urbanos? ii) Como é que estes núcleos se integram, na perspetiva de uma região metropolitana emergente? e iii) De que forma é que os núcleos periféricos das grandes cidades podem crescer e como é que a sua condição geográfica afeta as pessoas que vivem neles?

1 Contexto Histórico – Do Centro Consolidado ao Urbano Descontínuo

O conceito da área metropolitana de Lisboa é relativamente recente. Este é introduzido no ano de 1991, correspondendo à cidade de Lisboa com o seu núcleo histórico rodeado de pequenas cidades-satélites. A atual área metropolitana de Lisboa engloba 18 municípios da grande Lisboa e da Península de Setúbal onde vivem cerca de 3 milhões de pessoas [Fig. 1].
Ao longo dos tempos, outras denominações são dadas ao território que corresponde hoje à atual área metropolitana. O conceito que mais se destaca é o conceito de "termo". A palavra "termo" é aplicada desde a Idade Média até ao Liberalismo Oitocentista. Segundo Oliveira Marques, todos os povoados incluídos no território do "termo" estabelecem uma unidade. Estas pequenas aglomerações substanciam a cidade principal, sendo esta um centro de consumo de bens essenciais que recebe do seu "termo" (Marques 2003).

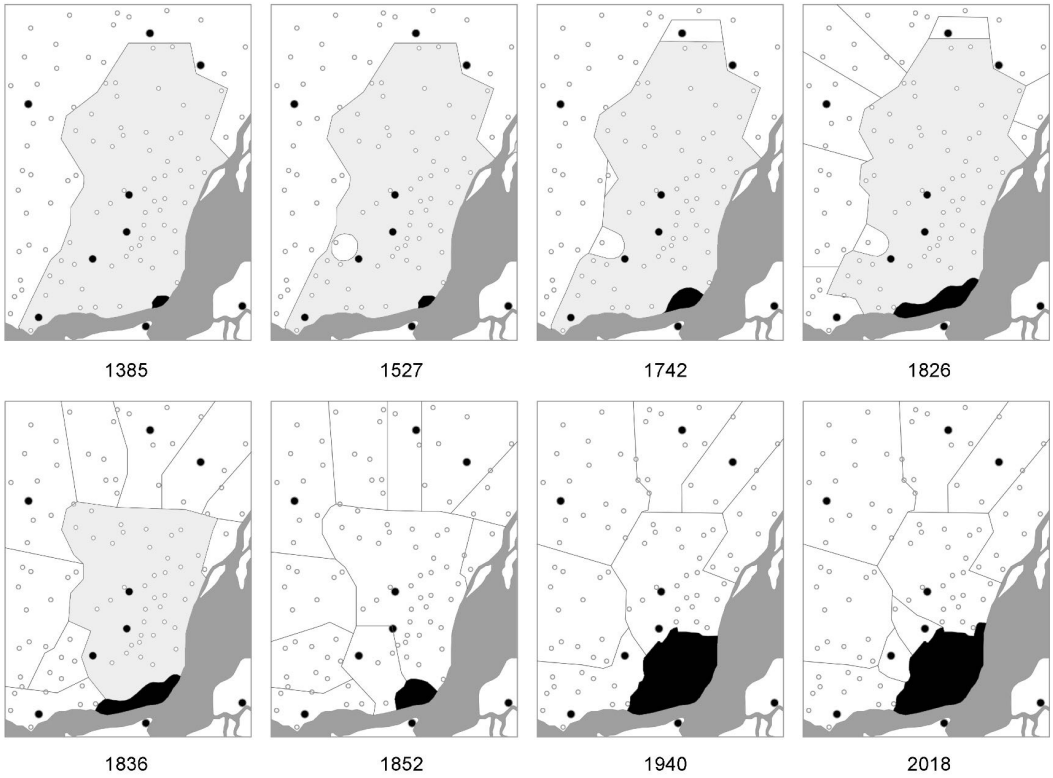


Fig. 1 – "Termo" e concelhos de Lisboa de 1385 a 2018. No esquema de 1852, observa-se a criação dos concelhos de Belém e dos Olivais, aquando da extinção do "termo". Fonte: (Teixeira 2018)

O "termo" de Lisboa compreendia um território a norte e a oeste da cidade e do rio Tejo e variou em função das divisões administrativas e judiciais estipuladas nas várias épocas (Silva 1968) [Fig. 1].
Aquando da conquista de Lisboa, em 1147, a região do estuário do Tejo compreende quatro grandes áreas administrativas, cada uma com um "termo" próprio. Estas são Lisboa, Sintra, Almada e Palmela. Nesta fase, as ligações entre a margem norte e a margem sul do rio Tejo datam ainda do período Romano. Com o passar dos séculos, os diversos desenvolvimentos que se fazem sentir, quer económicos quer sociais, permitem uma divisão destas quatro grandes unidades em concelhos mais pequenos (Marques 2003).
O processo de criação de novos concelhos é invertido no período Liberal, prevalecendo a centralização, de acordo com os poderes governamentais. Com isto, muitos concelhos são extintos, devido às suas dimensões reduzidas e a situações económicas precárias. Outra restruturação observada é a extinção dos "termos", integrando os territórios destes nos concelhos dos quais são dependentes (Marques 2003). O termo de Lisboa extingue-se em 1852 com um decreto de 11 de Setembro desse mesmo ano, que propõe uma remodelação completa do concelho (Silva 1968).
Com a industrialização e o aumento de novas atividades, a migração para a grande cidade de Lisboa acelera. As cidades mais periféricas, por não terem a mesma importância, não acompanham o mesmo nível de crescimento.

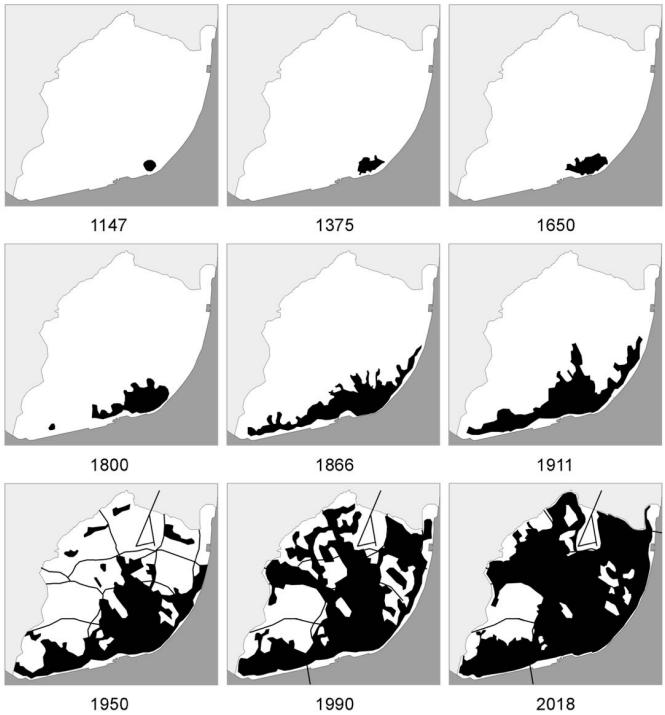


Fig. 2 - O crescimento da cidade. Fonte: Diversa cartografia da cidade de Lisboa (Teixeira, 2018)

Lisboa tal como outras capitais europeias resulta de um crescimento faseado marcado por acontecimentos vários. Um forte crescimento demográfico caracteriza esta cidade na 2ª metade do século XIX e na 1ª metade do século XX. Sabe-se que entre 1852 e 1952, a cidade quadruplicou em termos populacionais e de 1900 a 1940 duplicou (Dias 1947, p. 648) [Fig. 2 e 3].

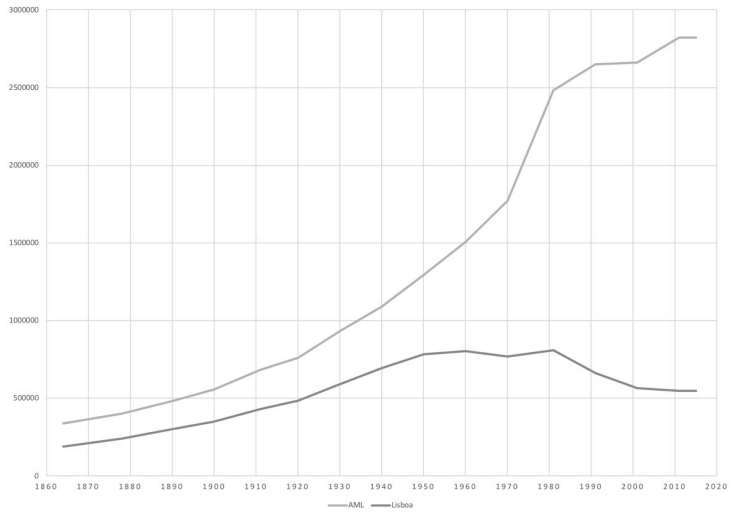


Fig. 3 – Número de habitantes na AML e no município de Lisboa de 1860 a 2015 Fonte: INE

A figura 2 mostra a evolução e o crescimento da cidade de Lisboa. O primeiro assentamento fez-se na colina do Castelo. A partir da colina, a cidade expande-se para o exterior das suas muralhas, indo ao encontro do rio Tejo. Com o passar dos anos, esta mancha cresce virada para o interior (planalto central da cidade). Vai-se densificado a urbe ao longo de caminhos e arruamentos que são planeados desde o séc. XVIII (Marat-Mendes et al 2011, Sampayo 2011, Sampayo e Sousa-Rodrigues 2014 e Sampayo 2017), culminando na cidade consolidada que conhecemos hoje.

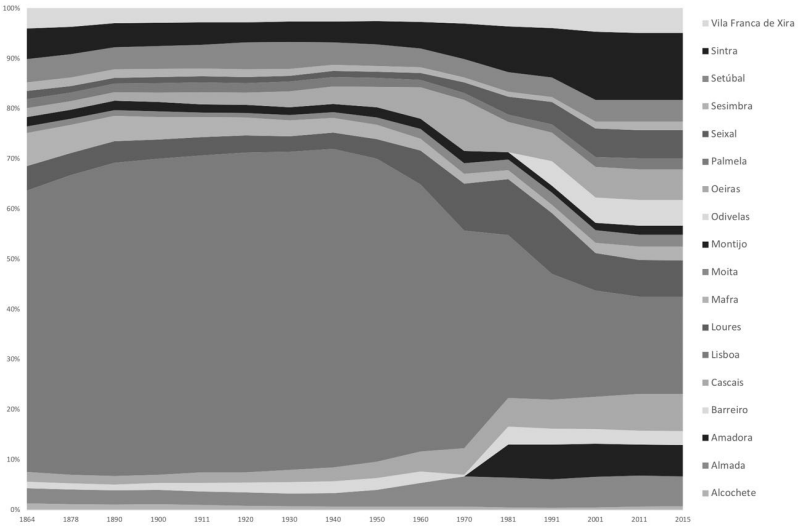


Fig. 4 – Percentagem de habitantes nos municípios da AML de 1860 a 2015 Fonte: INE

Devido à enorme concentração de pessoas nas grandes cidades e à falta de alojamentos, em meados do século XX, assiste-se a uma nova etapa da história da expansão urbana. O concelho de Lisboa perde população a favor de outros municípios que veem duplicar e triplicar o número dos seus habitantes aumentando o seu peso na massa populacional da AML [Fig. 4].

A ideia da existência de uma cidade contínua, que mantem relações e ligações entre a cidade-centro e as cidades-satélite passa a ser um facto, convertendo as zonas próximas da cidade em extensos dormitórios (Marques 2003). Atualmente, como refere Oliveira Marques 'deixou de fazer sentido falar de Lisboa, de Sintra, de Cascais ou de Almada como elementos totalmente distintos. A 'Grande Lisboa', a 'Área Metropolitana de Lisboa' substitui-se-lhes' (Marques 2003, p.26).
Em cada período histórico o avanço urbanístico na cidade de Lisboa foi de alguma forma comandado por homens de poder e de grande iniciativa. Durante o estado novo, dominado pelo Eng.º Duarte Pacheco que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, efetuou-se uma mudança profunda ao nível urbanístico com novos métodos para obtenção de terrenos. As expropriações levadas a cabo neste período possibilitaram uma reabilitação e desafogo financeiro à Câmara Municipal de Lisboa. À CML competia a tarefa de urbanizar e ao proprietário um papel passivo (Dias 1947).
Com o crescimento demográfico e a capacidade de expropriar, a cidade, que se conformava até então aos limites das Avenidas Novas e da Praça do Chile (à área interior da via de cintura, o caminho-de-ferro), começou-se a programar Lisboa em termos globais, à semelhança de outras capitais do século XX (Salgueiro 2001). Embora Lisboa não tenha sofrido efeitos diretos da 2ª grande guerra, como as outras capitais europeias que tiveram que ser reconstruídas devido aos bombardeamentos, podemos dizer que os novos modelos urbanísticos experimentados nas cidades atacadas terão influenciado os urbanistas que contribuíram para a expansão de Lisboa no 3º quartel do século XX.
No final da década de 50 assiste-se à expansão da cidade através de operações urbanísticas de grande escala como Olivais e Chelas. Estes bairros materializam os princípios da cidade modernista, onde o território se evidencia pela inclusão pontual do edificado no espaço livre, fluido e verde.
Concluído o plano diretor da cidade de George Meyer-Heine (1959-1967), a planta da capital mostra a consolidação dos bairros de Alvalade e do Restelo, o princípio da edificação de Olivais Sul e Norte e ainda o território a poente da Avenida do Campo Grande. Não colocando em causa a qualidade urbanística e arquitetónica destas expansões, atribui-se a Alvalade uma continuidade com a cidade consolida, enquanto nos Olivais essa conexão com a mesma não se verifica.
Após uma postura visivelmente expansionista e cessada a carência habitacional, passamos a uma fase de requalificação da cidade num processo reformador. Os núcleos urbanos periféricos são assimilados pela cidade, algo que teve início no plano de Etiénne de Groër (1938-1948) (Marat-Mendes et al 2010).
Depois das décadas de 60 e 70, que são marcadas pelo forte crescimento populacional resultante de um êxodo rural em massa e o regresso de portugueses das ex-colónias, o ritmo de crescimento tem um abrandamento bastante significativo. Podemos observar nas figuras 3 e 4 o decréscimo populacional registado na cidade de Lisboa a partir dos anos 80 e o aumento de população nos restantes municípios. Se os anos 60 são lembrados como um grande desenvolvimento e crescimento das cidades, os anos 90 são marcados pela estagnação ou decréscimo demográfico, pela desindustrialização e expansão das atividades de serviços, pela degradação ambiental, pela perda de atratividade dos centros, a favor do crescimento periférico de novas centralidades, sobretudo nas grandes metrópoles.
Ocorre, assim, uma estabilização do crescimento demográfico, típico das áreas metropolitanas europeias. Esta desaceleração resulta de importantes migrações que acontecem no interior da área metropolitana de Lisboa, levando populações a trocar a cidade principal, por outras localidades periféricas. O aspeto mais notório de todas estas ações é o avanço da suburbanização - a conquista de territórios rurais e a sua transformação em espaços periurbanos (Soares e Domingues 2003). As consequências deste processo são negativas para a cidade de Lisboa que observará um envelhecimento e perda da sua população (Soares e Domingues 2003).
Os contínuos crescimentos demográficos ocorrem nos restantes concelhos da área metropolitana que envolvem a cidade de Lisboa [Fig. 4], havendo uma extensão da mancha suburbana. Por sua vez, estas são áreas bastante diferentes com um único ponto em comum: a expansão das zonas edificadas, através do melhoramento dos eixos de ligação. Assim, a margem Sul desenvolve-se através do arco ribeirinho do Tejo, onde o Rio é o meio de ligação ao centro, enquanto que a margem Norte se desenvolve sobre um arco periférico, imediatamente conectado a Lisboa (Soares e Domingues 2003).
Depois deste período da configuração da área metropolitana como uma entidade territorial (dependente de Lisboa), esta consolida-se através de promoções imobiliárias, muitas vezes de carácter

ilegal. A este processo, soma-se a falta de um planeamento e de uma gestão coerente. O crescimento para além dos limites administrativos de Lisboa resulta na criação do primeiro Plano Diretor da Região de Lisboa (PDRL – meados da década de 60) (Soares 2003). O PDRL projeta e define uma estruturação alargada da região, com indicação de um conjunto de infraestruturas, que ajudam no desenvolvimento da área metropolitana. Este documento é inovador para a época, ao propor uma ocupação urbana baseada e sustentada nos principais eixos de transporte.
Ao Plano Diretor da Região de Lisboa sucede o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), datado da década de 90. Este novo plano estabelece um planeamento estratégico para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde as infraestruturas de transporte têm um papel determinante (Soares 2003).
Assim, iniciamos os anos 90 com três instrumentos de planeamento, um a nível nacional – o Plano Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), um a nível regional – os programas de desenvolvimento regional de ordenamento do território (PROT) e um a nível local – os planos municipais de ordenamento do território, ou seja, os Planos Diretores Municipais (PDM).
Nos últimos anos foram realizadas mudanças significativas nas metodologias de planeamento e no conteúdo dos planos, e foram introduzidas modificações no método de gestão territorial. Destas melhorias destaca-se a articulação entre os diferentes níveis de planeamento resultante de uma prática que conta com mais de 20 anos de PDM. Todavia, estes planos diretores municipais não evoluíram na clarificação dos objetivos para o território (Gonçalves 2011).

2 A Metrópole Dividida e Difusa

2. 1 O Efeito da Metrópole vs o Efeito do Subúrbio

Observando toda a realidade da área metropolitana de Lisboa, identificamos três áreas de expansão urbana. Estas correspondem ao centro histórico da cidade, à periferia envolvente deste centro e à zona suburbana, que evolui fora dos limites administrativos de Lisboa.
O fenómeno da expansão dos anos sessenta acaba por coincidir com a afirmação do automóvel na sociedade e na estruturação do crescimento centrífugo das cidades. Os acessos e o tipo de transporte também influenciam na estrutura da aglomeração. A preferência pelo automóvel irá promover a suburbanização dispersa.
Durante e após os anos sessenta, a fragmentação do território urbanizado avança de maneira espontânea e com elevado défice de infraestruturação. Abrindo novas frentes de expansão, a rede de infraestruturas construída nas últimas décadas vem reforçar toda esta ação de suburbanização já existente. Descorando uma organização de cidade em "rede", as novas infraestruturas falham pela falta de uma estratégia urbanística prévia (Portas et al 2007).
Esta extensão urbana descontrolada processa-se dando lugar a um aumento de área urbanizada que assenta sobre as grandes vias de comunicação ferroviárias e rodoviárias, originando novos polos urbanos (denominados de cidades-satélite).
Estas "novas cidades" têm o objetivo de criar um grande número de alojamentos, num espaço de tempo bastante reduzido, não havendo um tempo próprio para o seu planeamento (Pelletier e Delfante 2000).
Desta forma, a *cidade confinada* rapidamente se transforma no *urbano descontínuo*, onde o seu território é extenso e desigualmente construído, apenas estruturado por uma lógica de acessibilidades e relações com as infraestruturas que ligam todos estes pontos (Portas et *al* 2011).
O "efeito metrópole" está presente na área metropolitana de Lisboa, devido à grande aglomeração de diversas funções presentes na cidade-centro. Lisboa transforma-se num local de concentração populacional, constituindo-se um grande polo de atração. O seu núcleo enche e esvazia diariamente, criando periferias e subúrbios residenciais extensos, onde o território contém um grande número de infraestruturas de conexão (Portas *et al* 2011).
À medida que todo este processo se desenrola, novos eixos de concentração urbana são criados. Estes são os eixos do Vale do Tejo (Lisboa-Vila Franca de Xira), Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, de Lisboa-Loures, e a transformação da Margem Sul (Portas et al 2007).
Sendo alvo de grande procura, os subúrbios caracterizam-se por expansões de carácter inacabável. Existe no subúrbio uma ideia de anti arquitetura e anti urbanismo, compreendido por um certo tipo

de negligência, ao contrário daquilo que sentimos nas cidades "históricas". O ambiente suburbano não é todo homogéneo ou denso (Junker 1972). O conceito de subúrbio pode ser amplamente discutido, mas continua caracterizado por comportar situações urbanas deficitárias. Esta designação suporta, imagens conotadas com "uma visão qualitativa deste espaço urbano, face à cidade" (Pereira e Silva 1986, p. 14).
Com o desenvolvimento das novas infraestruturas, os subúrbios ganham novas formas de habitar. A construção de grandes conjuntos imobiliários e a procura de um melhor ambiente e qualidade de vida aumenta o número de migrações internas da área metropolitana (movimentos pendulares entre o polo doméstico e o polo profissional) (Kostof 1992, Laborde 1994). Com o auxílio destas migrações pendulares, o habitante urbano tem liberdade de escolha e pode viver em aldeias ou vilas afastadas do limite da zona urbanizada, nunca se encontrando desprovido de meios de ligação à grande cidade. Desta forma, os espaços urbanos diferenciam-se cada vez menos dos espaços rurais (Domingues 2009). Não existe cidade, se esta não possuir um núcleo capaz de unificar e organizar a sua periferia, através destes novos prolongamentos para o exterior (Beaujeu-Garnier 1997).
Concluindo, a cidade expande-se pela sua periferia, indo ao encontro dos seus subúrbios, habitualmente de maneira irregular. Assim, este subsistema do conjunto "cidade-região metropolitana" acompanha o traçado das vias periféricas, originando o processo de conurbação (origem das áreas metropolitanas). As densidades urbanas são dispostas em anéis concêntricos, envolvendo o núcleo principal, ao longo de periferias (nem sempre) contínuas.

2.2 A Necessidade de Novas Centralidades

Das quatro etapas diferentes no processo de evolução urbana: a "urbanização", a "suburbanização", a "desurbanização" e a "reurbanização" (Salgueiro 2001) centramos-mos aqui no processo de suburbanização. Neste observa-se uma reação inversa ao êxodo rural. A conquista de terrenos agrícolas ou terrenos vazios e a sua transformação em espaços periurbanos retoma a ideia de que os subúrbios existem devido a um conjunto de oportunidades que estes "novos territórios" conseguem oferecer (Junker 1972; Beaujeu-Garnier 1997).
Primeiramente, entende-se que o conceito de Centralidade está associado a uma ideia de concentração de funções, criando um território central, alvo de grande parte da população. Ao expandir os seus limites, a área metropolitana vê a perda de funções do centro histórico, para a urbanização policêntrica. Com isto, a ideia de que uma cidade é igual a um centro é uma ideia ultrapassada (PORTAS *et al* 2007). As novas centralidades formam-se através de pequenas cidades-satélite, localizadas em redor da cidade principal. Estas zonas residenciais refletem a imagem de dormitórios. Nestes territórios periféricos, alguns serviços são complementados no centro. As zonas suburbanas não se completam por si mesmas – a dependência destas ao centro é bastante notória (Kostof 1992) [Fig. 5].

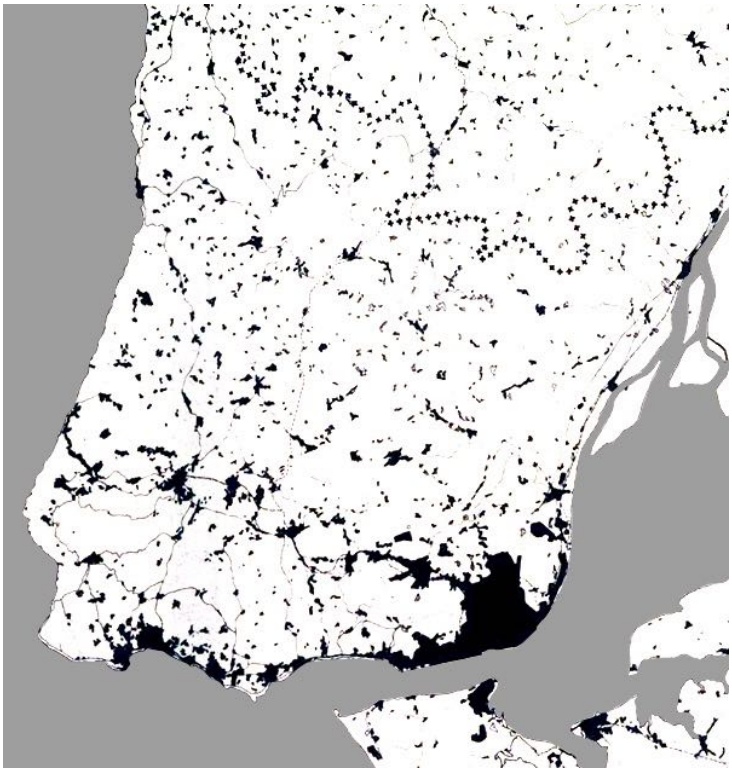


Fig. 5 – Desenho realizado com base no Anteplano do Plano Director da Região de Lisboa (1964) onde se mostra a distribuição da população segundo a estrutura regional proposta e existente (Teixeira, 2018)

Baseando-nos nos dados da figura 4, observa-se neste momento uma fase de desurbanização: a população foge para os arredores, engrossando assim as camadas suburbanas e os serviços continuam a ocupar o centro das cidades. Este processo poderá até funcionar relativamente bem se o Estado investir nas infraestruturas e incentivar as pessoas a usar os transportes públicos.
Assim, enquanto Lisboa assiste a uma desurbanização, Sintra, Oeiras, Amadora, etc., dão lugar a uma urbanização, que se traduz primeiramente, na concentração de equipamentos produtivos e residenciais e posterior implantação de equipamentos de serviços (saúde, higiene, educação, recreio, etc.). A expansão suburbana, é assim a primeira e a resposta mais fácil para os problemas que se registam dentro das grandes cidades.
A descentralização vai deste modo surgir como nova tentativa de resposta à problemática criada, o processo de reurbanização revela-se impossível e o fenómeno da periurbanização parece deste modo ser o mais determinado. O cidadão procura por este processo uma aproximação mais sistemática do meio rural e de condições ambientais não degradadas.
À medida que vão ganhando importância e visibilidade, dentro das respetivas áreas metropolitanas, estas cidades constituem polos de emprego e uma nova vida urbana. Contribuem para contrariar a excessiva centralização, mantendo uma relação muito próxima e distâncias relativamente curtas com todas as outras cidades da região urbana. Oferecem outras qualidades, fora de congestionamentos e poluição das grandes cidades (Kostof 1992; Beaujeu-Garnier 1997).
Ao expandir a área urbanizada de forma progressiva, estas cidades-satélite necessitam de meios de transportes rápidos e de infraestruturas capazes de as ligar ao centro. Assim, o subúrbio moderno é o grande impulsionador da criação de uma rede complexa de eixos de comunicação. Com o aumento da aglomeração, multiplicam-se as necessidades de deslocações mais extensas, atingindo-se uma área urbana vasta (Kostof 1992; Beaujeu-Garnier 1997).

3 Infraestruturas de Conexão nas Áreas Metropolitanas

3.1 A Ligação Entre as Centralidades Estabelecidas

Presentes em todo o território urbano, as redes infraestruturais surgem como sistemas contínuos. Estas estabelecem conexões, sendo construídas à escala de um grande território, onde a sua função passa por organizar e ordenar (Portas *et al* 2011). Um bom exemplo destas infraestruturas são as vias ferroviárias que auxiliam na expansão urbana emergente, em alguns casos estruturando muitas cidades (Pelletier e Delfante 1997).

A cidade-centro exerce um efeito de atração sobre a sua envolvente, onde as vias de comunicação provenientes da periferia convergem neste sentido. As variadas redes de transporte organizam-se em relação à cidade-centro. A forma urbana assenta, assim, sobre uma rede de meios de circulação: 'Nunca será demais insistir no papel fundamental dos múltiplos aspetos da circulação, tanto no interior dos organismos urbanos, como nas relações que estes mantêm com a sua periferia' (Beaujeu-Garnier 1997, p.155).

As migrações quotidianas e os diferentes meios de transporte existentes provocam fluxos de circulação constantes no espaço urbano. No caso da cidade de Lisboa, estes fluxos de circulação, apoiam-se sobre uma complexa estrutura metropolitana, onde esta apresenta um desenho radiocêntrico, entre o centro e a periferia. A evolução da condição de *híper-mobilidade* permite novas formas de habitar os extensos territórios metropolitanos, onde todos os pontos se encontram ligados. A ligação de todos os núcleos urbanos é possível através da compressão distância-tempo, na medida em que se pode percorrer uma distância maior, num intervalo de tempo mais reduzido (Portas *et al* 2007).

A cidade é um conjunto complexo que mantém relações com o seu exterior, e o sistema de lugares centrais presente na área metropolitana começa no núcleo consolidado. Assim, são criados nós nas diferentes redes infraestruturais, criando um efeito de nodalidade. Este efeito, em termos de planeamento, tem um papel fundamental na organização de redes de transportes (Portas *et al* 2011).

Através de todos estes fatores, entende-se a importância destes meios de comunicação que sustentam o correto funcionamento da área metropolitana. Estes meios de comunicação apresentam fatores positivos, como a criação de facilidades de acessibilidades e a intensidade de trocas de espaço. Ao mesmo tempo, criam problemas como o congestionamento das vias de ligação e as dificuldades de circulação.

3.2 O Papel das Infraestruturas de Conexão e dos Transportes Coletivos

A dinâmica da expansão territorial deve-se à evolução das infraestruturas de mobilidade e o desenho destas redes é pouco articulado com as estratégias urbanísticas. O território suburbano apresenta um tecido urbano fragmentado, num constante crescimento, dificultando a implementação das estratégias urbanísticas. As infraestruturas de conexão e mobilidade possuem importância no desenho do novo modelo urbano, ocupando um papel central na organização de relações entre espaços (Portas *et al* 2007).

São estas infraestruturas que criam uma rutura entre a cidade consolidada e o urbano descontínuo, onde a mobilidade geográfica aliada à diferenciação territorial cria fenómenos de polarização em volta das grandes urbes (Ferrão 1997).

O investimento em infraestruturas de mobilidade ajuda a orientar o desenvolvimento urbano, visto que a necessidade de impor sistemas de transportes e vias de comunicação possuí um carácter e motivações sociais (Laborde 1994). Este investimento tem-se fixado nos troços de ligação às cidades-satélite, onde se pretende um maior aproveitamento dos sistemas de transportes públicos.

O tema da mobilidade nas áreas metropolitanas passa a ser um tema complexo, onde se pretende que haja uma densificação da rede de transportes públicos, articulada com o transporte individual (automóvel) (Portas *et al* 2011). Grande parte do sucesso dos transportes sente-se pela dificuldade de circulação, havendo uma grande competitividade entre transportes públicos e privados. Assim, estas diferentes redes de mobilidade devem ser complementares, permitindo uma livre circulação em pontos estratégicos da aglomeração (Laborde 1994, Beaujeu-Garnier 1997).

As vias ferroviárias possibilitam o crescimento demográfico das aglomerações periféricas, enquanto que estas crescem ao longo do seu traçado e das estações suburbanas. Com isto, o habitante urbano

beneficia de uma mobilidade multiforme, encontrando várias opções no mesmo território metropolitano.
Através das figuras 6 e 7, consegue-se perceber a fisionomia das redes ferro e rodoviárias presentes na área metropolitana de Lisboa. A rede rodoviária ganha uma maior relevância, ao notar-se uma superioridade perante a rede ferroviária, estando muito mais desenvolvida e articulada com a expansão urbana. Esta última, cobre uma menor área, mas a sua importância no passado, confere uma expansão urbana em linha, desenvolvendo as pequenas cidades-satélite através do seu traçado.

Fig. 6 e 7 – À esquerda a Rede Rodoviária da AML, à direita a Rede Ferroviária da AML. Fonte: (Teixeira, 2018)

3.3 O Papel do Automóvel nas Áreas Metropolitanas

A utilização do automóvel em ambientes urbanos favorece o desenvolvimento suburbano multidirecional. A existência de grandes eixos de comunicação à cidade-centro ajuda a organizar as diferentes aglomerações da área metropolitana, através de um sistema hierárquico viário estruturado. A liberdade de circulação através do automóvel permite uma expansão da periferia como uma mancha de óleo contínua (Pereira 2004). Ao contrário, os eixos ferroviários apenas permitem a sua expansão linear, onde se desenvolvem novos territórios conforme o seu traçado (Junker 1972, Beaujeu-Garnier 1997).
Devido a vários fatores, o automóvel é visto como um elemento negativo. A opção pelos transportes públicos em detrimento do automóvel justifica-se na poluição causada por este e no espaço que o mesmo ocupa dentro das cidades.
Mesmo assim, a quantidade de automóveis que circulam em zonas urbanas tem vindo a aumentar. O transporte individual ganha destaque, quando existem centros urbanos que são mal ou pouco servidos de um sistema de transportes públicos (Laborde 1994).
A ramificação exagerada da rede de estradas é uma realidade e induz a dispersão do povoamento e da habitação, com custos elevados para o orçamento municipal nas infra-estruturas de abastecimento de água e esgotos. Decorrente deste não planeamento surgem dificuldades na cobertura social de equipamentos sendo os habitantes obrigados a percorrer distâncias elevadas.

Fig. 8 e 9 – À esquerda a Rede Rodoviária de Lisboa, à direita a Rede Ferroviária de Lisboa. Fonte: (Teixeira, 2018)

As figuras 8 e 9 clarificam que tal como a sua área metropolitana, Lisboa possuí uma rede rodoviária muito superior às infraestruturas ferroviárias presente nos seus limites. As linhas radiais da cidade ligam o seu centro à periferia, enquanto que as linhas circulares auxiliam no processo de distribuição, densificando a malha urbana da cidade. Os sistemas ferroviários e de Metropolitano conseguem ter importância na mobilidade, mas a sua expressão é muito menor e diferente da rede rodoviária de Lisboa.

Uma rede viária pensada, reduz os custos e aumenta os usufrutos. Deste modo, o primeiro passo para o ordenamento do território obriga à redefinição de uma rede de estradas, bem localizadas impedindo todo o processo anteriormente realizado: o de construir as vias ao sabor das populações, ou seja, a velha filosofia do "construa primeiro, urbanize depois". Assim, o ideal é optar por situações intermédias permitindo a coerência necessária entre as políticas urbanas e de transportes.

O acesso automóvel aos centros das áreas metropolitanas é considerado indesejável, pois provoca congestionamentos e dificuldades de estacionamento. A sua utilização torna-se positiva, quando estes trabalham em conjunto com a rede de transportes públicos. Na periferia, são criadas interfaces de transportes, em que as opções de uso automóvel juntam-se às opções de uso de transportes públicos. Assim, tenta-se reduzir o número de veículos, enquanto são asseguradas as ligações pendulares casa-trabalho (Beaujeu-Garnier 1997, Pelletier e Delfante 2000).

Considerações Finais

Neste artigo, fica evidenciado que a falta de planeamento tem consequências nefastas a curto e médio prazo. Este trabalho pretende ser um contributo ao entendimento da evolução histórica das cidades e das áreas metropolitanas.

É necessário olhar para a cidade de Lisboa como um todo. A cidade contínua, que mantem relações e ligações entre a cidade-centro e as cidades-satélite, deve ser projetada, numa gestão a longo prazo por uma entidade única, capaz de gerir as transformações deste território complexo. Neste crescimento periurbano terá de haver um papel regulador de alguma entidade supervisora, sendo que os agentes económicos detentores de propriedade devem ser chamados a participar no planeamento. Conciliar os diversos interesses é sem dúvida a parte mais difícil de todo o processo, mas é uma necessidade para a melhoria das nossas cidades.

No planeamento urbano da cidade, a intervenção urbanística deve conciliar princípios de organização vertical, com soluções em rede e uma visão geo-estratégica ponderando diversidades de posturas.

Referências Bibliográficas

Beaujeu-Garnier, J. (1997). *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Choay, F. (2007). *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspetiva S. A. (1ª edição 1965).

Dias, J. L. (1947). Lisboa de hoje. In Gustavo Matos Sequeira – *Lisboa, oito séculos de história*. Lisboa: CML, pp. 644-667.

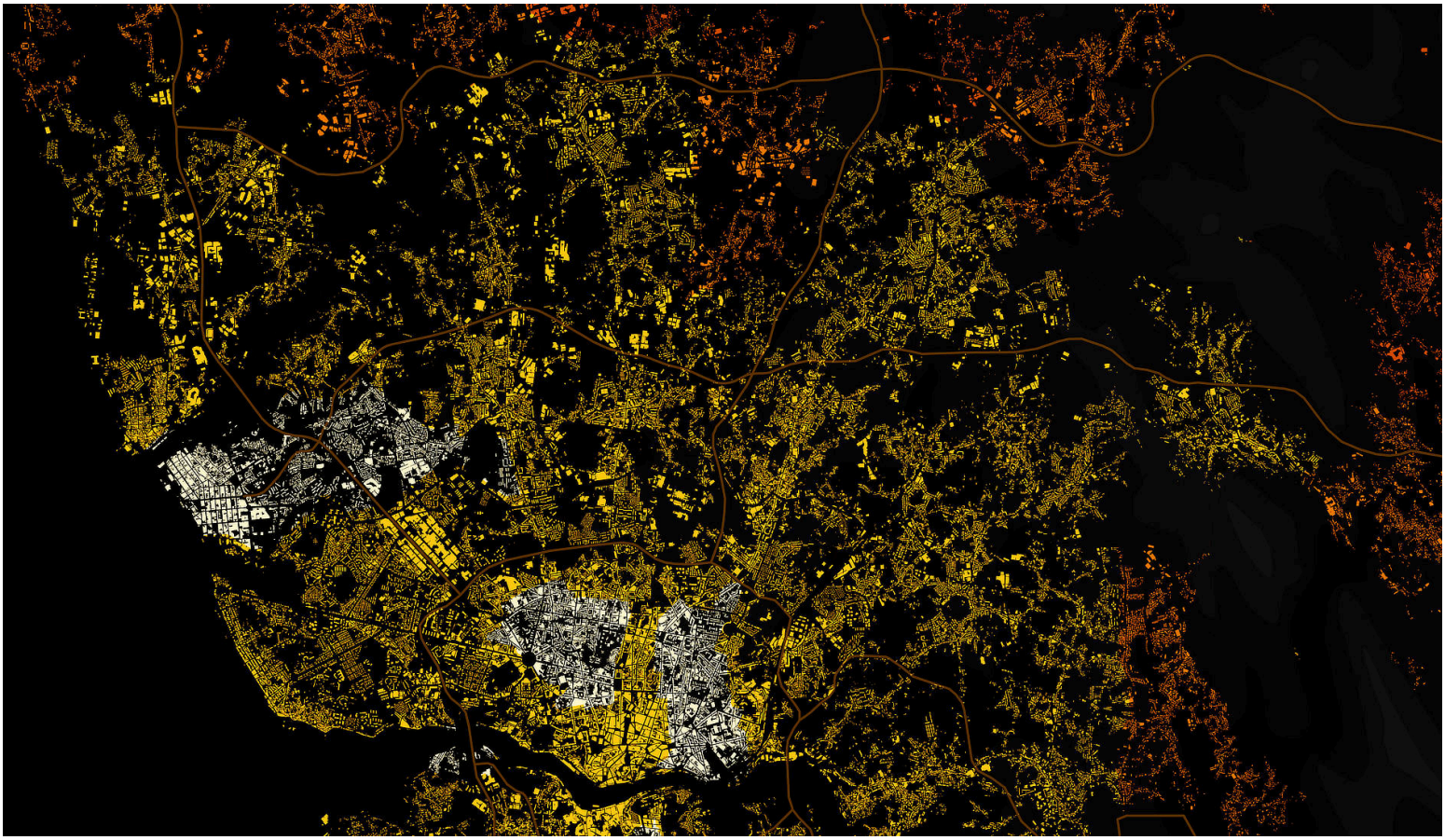
Domingues, A. (2009). *A rua da estrada: O problema é fazê-los parar!* Porto: Dafne.

Ferrão, J. (1997). Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In *Colóquio "A política das cidades*, pp. 21-48.
Gonçalves, J. (2011). PDM no século XXI. In *Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP*, 1, 10-29.
Junker, C.A. (1972). Diseno Suburbano. In Lewis, D. *El crecimiento de las ciudades.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A.
Kostof, S. (1992). *The city assembled: the elements of urban form through history.* London: Thames and Hudson.
Laborde, P. (1994). *Les espaces urbains dans le monde.* New York: Nathan (2ª edição).
Marat-Mendes, T.; Sampayo, M. T. de. *Étienne de Groër: the scales of urban intervention in the Lisbon territory.* In 1st International Meeting European Architectural History Network. Guimarães: European Architectural History Network, 2010.
Marat-Mendes, T., Sampayo, M. T. de, Sousa-Rodrigues, D. (2011)- Measuring Lisbon patterns: Baixa from 1650 to 2010. in *Nexus Network Journal - architecture and mathematics on-line.* Vol. 13. n.º 2 (2011). pp. 351-372.
Marques, A. H. O. (2003). Enquadramento histórico. In José António Tenedório. *Atlas da área metropolitana de Lisboa*, pp. 14-27.
Mumford, L. (1946). *The culture of cities.* London, Secker & Warburg, 1946 (1ªedição 1938).
Oliveira, R. G. (1952). *Lisboa: sua evolução e desenvolvimento***.** Lisboa: CML.
Pelletier, J. e Delfante, C. (1997). *Cidades e urbanismo no mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
Pereira, M. (2004). As metamorfoses da cidade dispersa. *GeoINova*, 10, pp. 129-142.
Pereira, M., e Silva, F. N. (1986). Ilusões e desilusões das periferias na área metropolitana de Lisboa. *Sociedade e Território*, 5, pp. 14-24.
Portas, N.; Domingues, Á.; Cabral, J. (2007). *Políticas urbanas I – Tendências, estratégias e oportunidades.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
Portas, N.; Domingues, Á.; Cabral, J. (2011). *Políticas urbanas II – Transformações, regulação e projetos.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
Salgueiro, T. B. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades.* Oeiras: Celta Editora.
Sampayo, M. T. de (2011). *Forma Urbana da Parte Baixa da Lisboa Destruída : análise e avaliação da cartografia (1756-1786)***.** Lisboa: ISCTE-IUL, 2012. Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo. Especialidade em História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo.
Sampayo, M. T.de; Sousa-Rodrigues, D. (2014). The persistence of public space: downtown Lisbon; in Roberto Cavallo, Susanne Komossa, Nicola Marzot, Meta Berghauser Pont, Joran Kuijper (eds); *New Urban Configurations.* Amsterdam: IOS PRESS, 2014, pp. 480-488
Sampayo, M. T. de (2017). The french influence on the portuguese architects in the age of enlightenment. in *IOP conference series: Materials science and engineering, 245*, 052021 (5 p.).
Silva, A. V. (1968). *Dispersos.* Vol 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
Soares, L. J. B. (2003). Ordenamento e planeamento do território no contexto metropolitano. In José António Tenedório. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, pp. 247-291
Soares, N.P.; Domingues, A. C. G. (2003). Consolidação e maturidade demográfica de uma área metropolitana. In José António Tenedório. *Atlas da área metropolitana de Lisboa*, pp. 118-145.
Teixeira, T. (2018). *Agualva-Cacém e a área metropolitana de Lisboa: Relação entre a evolução urbana e as infraestruturas de conexão.* Lisboa, ISCTE-IUL. Dissertação de Mestrado. (Inédito)

PNUM

A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

FORMAS, PROCESSOS, DESÍGNIOS



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto, 18 e 19 de julho de 2018

ORGANIZAÇÃO

U.PORTO

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FAUP

CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITECTURA E URBANISMO CEAU

GRUPO MORFOLOGIAS E DINÂMICAS DO TERRITÓRIO MDT

DIVENTOS Congressos e Eventos, Lda.

APOIOS

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · FCT

Santander UNIVERSIDADES

EDIÇÃO

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Via Panorâmica S/N | 4150-564 Porto, Portugal.

EDIÇÃO DIGITAL

ISBN: 978-989-8527-21-9

Maio de 2019

CONGRESSO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Vítor Oliveira, Universidade do Porto, Portugal
Stael de Alvarenga Pereira Costa, U. F. de Minas Gerais, Brasil
David Viana, Nottingham Trent University, Reino Unido
Eneida Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Frederico de Holanda, Universidade de Brasília, Brasil
Jorge Correia, Universidade do Minho, Portugal
Karin Schwabe, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Teresa Marat-Mendes, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Álvaro Domingues, Universidade do Porto, Portugal
Ana Silva Fernandes, Universidade do Porto, Portugal
Daniel Casas Valle, Universidade do Porto, Portugal
Elisabete Cidre, University College London, Reino Unido
Ivo Oliveira, Universidade do Minho, Portugal
Javier Monclús, Universidad de Zaragoza, Espanha
João Castro Ferreira, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Luís Pedro Silva, Universidade do Porto, Portugal
Madalena Pinto da Silva, Universidade do Porto, Portugal
Manuel Fernandes de Sá, Universidade do Porto, Portugal
Marta Labastida, Universidade do Minho, Portugal
Mariana Abrunhosa Pereira, Universidade do Porto, Portugal
Nuno Portas, Universidade do Porto, Portugal
Rodrigo Coelho, Universidade do Porto, Portugal
Rui Mealha, Universidade do Porto, Portugal
Sara Sucena, Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Teresa Calix, Universidade do Porto, Portugal

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Silva Fernandes
Bruno Moreira
Daniel Casas Valle
Mariana Abrunhosa Pereira
Nuno Travasso
Sara Sucena
Teresa Calix (coordenação)

LIVRO DE ACTAS

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

EQUIPA EDITORIAL

Teresa Calix (coordenação)
Ana Silva Fernandes
Sara Sucena
Nuno Travasso
Bruno Moreira

IMAGEM DA CAPA

Padrões Urbanos ©MDT

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

WEBSITE

https://pnum.arq.up.pt

AUTORIA

MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território
Grupo de Investigação do CEAU – Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PRODUÇÃO E DESIGN

Bruno Moreira

Esta publicação não pode ser reproduzida, em todo ou em parte, sem a permissão escrita do editor.

Todos os conteúdos escritos e imagens dos artigos são da responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

ÍNDICE

I. FORMAS

Da expansão à dispersão: as diferentes escalas da morfologia urbana: as particularidades da formação da cidade industrial brasileira. 21
Luiz de Pinedo Quinto Junior, Luiza Naomi Iwakami

Mutações Urbanas em Campinas: suas tipologias e padrões de implantação. 33
Daniel Teixeira Turczyn, Evandro Ziggiatti Monteiro

Formas da expansão urbana na cidade de Campinas no período 2009-2016. 51
Barbutti, Márcio Rodrigo, Benfatti, Dênio Munia

MORPHO Amazônia? Uma morfologia de áreas rurais. 69
Giselle Fernandes de Pinho, Evandro Ziggiatti Monteiro, Silvia Mikami Pina

Revitalizar o território do Alto Douro Vinhateiro - de Pocinho a Barca D'Alva. 83
Inês Morgado Areia, Clara Pimenta do Vale, Mariana Abrunhosa Pereira

A paisagem do Alto Côa. 101
Maria Isabel Lopes de Mendonça

O Território dos Arquitetos: o interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades. 112
Guilherme Silva Graciano, Beatriz Ribeiro Soares

O Sistema Carbonífero do Douro. Para um recurso operativo. 123
Daniela Alves Ribeiro

Da forma do lugar ao desígnio do 'arruamento', da 'porta', da 'praça'. Princípio de inscrição na paisagem das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna. 141
Filipa de Castro Guerreiro

Formas urbanas contemporâneas. O caso das hortas urbanas nos municípios de Cascais e Lisboa. 159
Ana Mélice, Teresa Marat-Mendes

Morfologia da Agricultura Urbana em Lisboa: Caso de Estudo de Chelas. 175
Raquel Sousa

Formas e usos de dois espaços públicos do centro de Poços de Caldas, MG: um resgate histórico a partir da Sintaxe Espacial. 210
Leandro Letti da Silva Araújo, Evandro Ziggiatti Monteiro, Rodrigo Argenton Freire

A Modelagem da Informação como Ferramenta de Análise da Qualidade do Espaço Público. 226
Sílvia Filipe, José Almir Farias Filho, Daniel Cardoso, José N. Beirão

Configuração espacial, Copa do Mundo 2014, e valorização imobiliária no bairro de Lagoa Nova (Natal/Brasil). 240
Rodrigo Costa do Nascimento, George Alexandre Ferreira Dantas, Edja Bezerra Faria Trigueiro

Uma leitura socioespacial da favela. Padrões urbanos orgânicos e configuração urbana. 258
Vânia R. Teles Loureiro, Valério A. S. Medeiros, Maria Rosália Guerreiro

(IN)Dignidade Urbana. Conflitos e rupturas no contexto dos fragmentos introspectivos da cidade contemporânea. 271
Nayra Carolina Segal da Rocha, Ana Paula Rabello Lyra, Raquel Corrêa Mesquita

Análise ambiental, social e urbana de um sistema complexo: Comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro. 288
ROSSI, Angela Maria Gabriella, BARBOSA, Gisele Silva, CORRÊA Roberto Machado, ESSER Bárbara Canuto, MACHADO Gabriela Wolguemuth, MORAIS, Bertrand Ulácia

Condomínios fechados e segregação urbana: efeitos da configuração e morfologia na qualidade da habitação social. 306
LIMA, Márcia Azevedo de, LAY, Maria Cristina Dias

Nova forma, outros padrões de uso? Alteração da forma espacial e possíveis reflexos sobre modos de uso no caso do reassentamento da Favela do Maruim em Natal/RN/Brasil. 320
Lucy Donegan, Flávia Monaliza Lopes, Rubenilson Brazão Teixeira, Edja Trigueiro

Um Olhar Sobre a Região Portuária e a Operação Urbana Porto Maravilha na Cidade do Rio de Janeiro: preexistências, transformações e desdobramentos. 339
Júlio Cláudio da Gama Bentes

Diversidade de usos, forma construída e a apropriação do espaço. Uma análise local na cidade de Florianópolis-SC. 358
Geruza Kretzer, Renato T. Saboya

Entre caminhos e barreiras em Itararé: estudo do território e da forma urbana. 375
José Mário Daminello, Adriana Nascimento

A criação do quarteirão. Do registro arqueológico à simulação morfogenética. 390
Vinicius M. Netto, João Meirelles, Fabiano Ribeiro, Caio Cacholas

Análise do adensamento urbano e da verticalização através de ferramentas SIG: o caso de Caxias do Sul-Brasil. 406
Débora Gregoletto, Fábio Lúcio Zampieri

Modelagem da informação e métodos quantitativos a serviço da preservação da ambiência do patrimônio cultural edificado. 417
Eugênio Moreira, Daniel Cardoso, José Nuno Beirão

Aplicação da metodologia do transecto para análise urbana: um estudo a partir do caso de Pinheirinho do Vale, Rio Grande do Sul, Brasil. 432
Bruna Cristina Lermen, Alessandra Gobbi Santos, Pedro Couto Moreira, Zamara Ritter Balestrin, Danieli Faccin Bernardi

Verticalização e Segregação Socioespacial. 445
Kananda Fernandes de Sousa Lima

Inserção Urbana dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Condomínio Serra do Mar, São José dos Pinhais/PR. 463
Ariadne Stradiotto Frenzel, Edson Maia Villela Filho

Espaços livres de uso público para práticas sociais e potenciais. Um estudo sobre a Regional Grande Ibes, Vila Velha – ES. 478
LYRA, Ana Paula Rabello, MOREIRA, Mariana Menini, RAMOS, Larissa Letícia Andara, RAMOS, Suzany Rangel

Nas trilhas do Cangaço: Ensaio sobre o território no Reino de Lampião. 492
Maria Clara Costa, Maria Rita de Lima Assunção

(IN)Dignidade Urbana. Conflito e Omissão na materialização do lugar democrático. 505
Raquel Corrêa Mesquita, Ana Paula Rabello Lyra, Camila Coelho Binotti, Larissa Letícia Andara Ramos, Nayra Carolina Segal da Rocha

Plano de Acção de Metologia de Diagnóstico de Resiliência Urbana: O caso de estudo do Bairro de Vallcarca. 520
Rafael de Balanzo Joue, Ligia Nunes

Uma leitura socioespacial da favela. Padrões urbanos orgânicos e configuração urbana. 530
Vânia R. Teles Loureiro, Valério A. S. Medeiros, Maria Rosália Guerreiro

Organizaçao hidráulica de aldeias no vale do Tamuxe, um pequeno río e suas águas afluentes. 543
Angeles Santos, Henrique Seoane, Carlos Martínez-González

Urbanidade Amazônica: A água em projetos urbanos na conformação da paisagem de Manaus – Amazonas, Brasil. 559
HEIMBECKER, Vládia Pinheiro Cantanhede, PONTES, Taís Furtado

A paisagem como plataforma investigativa-propositiva para territórios em transformação. Uma investigação multiescalar da cidade de Manaus, Amazonas, Brasil. 575
PONTES, Taís Furtado, HEIMBECKER, Vládia Pinheiro Cantanhede

Forma Urbana e Inundação: Estudo dos comportamentos dos padrões morfológicos. 589
Renata Cavion

A influência do rio Cuiabá na formação e desenvolvimento urbano das cidades históricas mato-grossenses. 602
Gisele Carignani, Alexia Gabrielle Pinheiro Oliveira, Daniela Cássia Cardoso de Sousa , Nátali de Paula, Thais Lara Pinto de Arruda, Thais Rodrigues de Souza

Paradigmas que regem as relações entre cidades e rios urbanos. O caso do Canal da Passagem – Vitória/ES/Brasil. 617
Milton Esteves Junior, Evelyn Machado dos Santos, Roberto Cabral Junior

'Vida entre edifícios'. Os impactos da arquitetura no Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre. 629
Vinicius M. Netto, Julio Celso B. Vargas, Renato T. de Saboya

A apropriação da coletividade pelo espaço privado e suas consequências no espaço público. Uma análise da Avenida Antonino Freire em Teresina – PI. 645
Cláudio Valentim Rocha Leal, Ísis Meireles Rodrigues, Lara Citó Lopes, Aracelly Moreira Magalhães

As ruas de lazer na cidade de São Paulo: políticas públicas e apropriação. 660
Helena Napoleon Degreas, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos

Museu do Amanhã: um elo para a "ocupação democratizada" da região da Praça Mauá na área central da cidade do Rio de Janeiro – RJ. 673
TEIXEIRA, Rafael Motta, PILARES, Alvaro Mauricio, ALBUQUERQUE, Rafael Tavares de

Impacto da verticalização e da transformação das interfaces térreas das edificações no uso e na percepção de segurança em cidade litorânea. 691
Fabiana Bugs Antocheviz, Caroline Arsego, Antônio Tarcísio Reis

Condicionantes naturais e legais na constituição da forma urbana e dos espaços privados e coletivos de Natal. 705
Ruth Maria da Costa Ataíde, Amíria Bezerra Brasil, Francisco da Rocha Bezerra Junior, José Clewton do Nascimento

Santo André, SP: o traçado em retícula do Bairro Jardim. 721
Adilson Costa Macedo, Amanda Chyoshi

Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres em Pau dos Ferros/RN/Brasil: Um estudo de caso. 741
Trícia Caroline da Silva Santana

Percepção, Representação e Imaginación na Paisagem. 751
Jesús Conde-García

Espaços Livres e a formação de Unidades de Paisagem na Universidade Federal do Paiuí – UFPI. 769
Denise Rodrigues Santiago, Camila Soares de Figueirêdo, Karenina Cardoso Matos, Wilza Gomes Reis Lopes

Espaços verdes de equilíbrio ambiental. Estudo da Regional Grande Ibes, Vila Velha-ES, Brasil. 786
Raquel Corrêa Mesquita, Natália Brisa do Nascimento Santos, Larissa Letícia Andara Ramos, Luciana Aparecida de Jesus

Influências do Turismo e da Legislação Urbana e Ambiental no Planejamento da Paisagem Litorânea. 802
Mariana Barreto Mees, Andréa Queiróz Rego

Conforto ambiental urbano e análise microclimática a partir de diferentes configurações morfológicas urbanas. 814
Barbosa, Gisele Silva, Drach, Patricia R., Rossi, Angela M. Gabriella, Machado, Eduardo, Zamith, Victor, Geraldino, Guilherme

Desafios à Sustentabilidade Ambiental: Uma análise sobre a transformação territorial na produção do espaço urbano de Maricá/RJ. 830
Nogueira, Amanda da C. R. De M., Barbosa, Gisele Silva

A constituição dos atuais padrões morfológicos do bairro Enseada do Suá, em Vitória, ES, Brasil. 848
Lorenzo Gonçalves Valfré, Eneida Maria Souza Mendonça

Habitat | Habitação: a reconstituição de um paradigma (Lisboa, 1950-1970). 864
Maria Amélia Cabrita, Teresa Marat-Mendes

Tempo e espaço no Bairro Fonsecas e Calçada: a experiência urbana de Raúl Hestnes Ferreira. 877
Alexandra Saraiva

Elementos Morfológicos do Espaço Urbano. O bairro central de Macapá/AP. 889
Ana Maia Palheta, Ana Souza Freitas, Francisco Serdoura

A construção do Bairro do Cirne (1882-1937). Clientelas, modelos e formas para habitar na cidade do Porto. 909
Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Nuno Ferreira

Elementos e Padrões, Espaços Privados e Coletivos. 928
Wellington Jorge Cutrim Sousa, Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe, Andreá Fonceca Silva, Lucia Oliveira Lindôso, Thayná Cantanhede Gusmão dos Santos

Processo de desenvolvimento urbano de uma cidade de porte médio a partir da leitura do seu plano urbano. 939
Anicoli Romanini, Adriana Marques Rossetto, Karine dos Santos Luiz

Registros escritos no estudo da morfologia urbana: estudo de caso em Campinas, Brasil – 1815-1859. 957
Rodolpho H. Corrêa, Silvia A. Mikami G. Pina, Evandro Z. Monteiro, Juliana Ramme

A planta "De Guimarães": Uma representação da vila quinhentista. 973
Inês Lourenço Graça, Maria Manuel Oliveira

Topologia e Tipologia. A Parcela Gótica. 983
Jesús Conde-García

Corredor e subárea, elementos do tecido urbano. 998
Adilson Costa Macedo, Adriana Inigo de Lima, Maria Isabel Imbronito

A forma do limite na Bahia da Corunha. 1014
Xose Lois Martínez Suárez, Roberto Iglesias Rey

Compacidade na dispersão. A flexibilidade da forma urbana na Região Metropolitana de Campinas, Brasil. 1033
Rodrigo Argenton Freire, Evandro Ziggiatti Monteiro, Leandro Letti da Silva Araújo

Morfologias e Atividades Urbanas Dispersas na Microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. 1047
Júlio Cláudio da Gama Bentes

Novo Arrabalde aos pedaços. O quebra-cabeça das plantas de loteamento de Saturnino de Brito. 1068
Flavia Ribeiro Botechia, Heraldo Ferreira Borges

Modelo de expansão urbana e repercussão de novas centralidades. 1084
Gislaine Elizete Beloto, Mayara Henriques Coimbra

Ideias de núcleos comerciais e a forma urbana. 1101
Samara Soares Braga, Renato Leão Rego

Habitar na Porosidade. O caso de estudo da Ericeira. 1113
Francesca Dal Cin, João Henriques

Cidade e caminhos-de-ferro. Análise da evolução urbana em Albergaria-a-Velha. 1126
Bruno Dias Nunes Sousa, Rita Ochoa, Mafalda Teixeira de Sampayo

Lisboa e a sua Área Metropolitana. Infraestruturas de Conexão. 1137
Tiago Teixeira, Mafalda Sampayo

Mobilidade Ativa e a Satisfação com o bairro. Um estudo exploratório com moradores da Vila Planalto – Distrito Federal – Brasil. 1149
Caroline Machado da Silva, Hartmut Günther, Ingrid Luiza Neto, Gabrielle Rocha Flores, Fernanda Machado da Silva

Projeto, planejamento e paisagem. Análise da urbanização pela paisagem noturna. 1160
Andrea Queiroz Rego, Mariana Lima

Caminhos Paralelos. A Via Férrea como Suporte para o Planejamento. 1172
Karla Cerqueira, Giovanna Scalfone, Izadora Oliveira, Virgínia Vasconcellos

II. PROCESSOS

A rua como resistência: Desenho e agentes na construção do espaço público no bairro do Bexiga em São Paulo-SP. 1185
Silvia A. Mikami G. Pina, Lucas Ariel Gomes, Camilla M. Sumi, Viviana Gonçalves

Lugares da colectividade. Apropriação do espaço urbano público. 1200
Ana Lúcia Krodel Rech

Igreja Nossa Senhora de Fátima. Acessibilidade em Área do Patrimônio Arquitetônico de Brasília. 1215
Adriano de Lima Silva, Maria Gabriela Jamal Prata Vasconcelos da Silva, João da Costa Pantoja, Viridiana Gabriel Gomes

Estudo da dinâmica da paisagem do Largo da Conceição à Praça Costa Pereira. 1233
Michela Sagrillo Pegoretti, Eneida Maria Souza Mendonça

Arborização e conforto higrotérmico em praças. 1249
Inés Gaggero Topolanski, Joyce Pereira Dominguez, Virginia M. N. de Vasconcelos

Espaço de todos ou de ninguém: Analisando reconfigurações espaciais do espaço coletivo de conjuntos habitacionais à luz de interpretações morfológicas. 1260
Fabrício Lira, Flávia Monaliza Lopes

O impacto da estrutura social da produção na morfologia urbana das intervenções nas Favelas no Rio de Janeiro. 1272
Nuno André Patrício

Influências no processo de formação do tecido urbano dos bairros pericentrais de Maputo. O caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A. 1290
Jéssica Lage

Ocupação da Ilha dos Valadares: dos escravos aos meandros urbanos espontâneos. 1307
Edson Maia Villela Filho

Ocupação planejada no oeste do Paraná: Continuidades e rupturas. 1322
Mariana Pizzo Diniz, Sirlei Maria Oldoni, Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima

Verticalizar e ver o mar. Identificando atores na construção do Altiplano 'Nobre'. 1338
Lucy Donegan, Thuany Guedes Medeiros, Marcele Trigueiro de Araújo Morais

Paisagem Urbana da Cidade de Macapá e os reflexos das alterações na Lei do Uso e Ocupação do Solo. 1356
Ana Maria de Souza Freitas, Ana Corina Maia Palheta

Apropriação da herança francesa nos espaços islâmicos públicos: Estudo de caso da cidade de Ifrane, Marrocos. 1372
Bianca Scaramal Madrona, Renata Cavion

As esplanadas ferroviárias das cidades da Alta Sorocabana como potencialidade para a constituição de espaços livres públicos e preservação da paisagem urbana. 1382
Arlete Maria Francisco

Crono-desenvolvimento do quadrante noroeste da cidade de Évora (Portugal): a implantação de duas casas religiosas como fator potenciador de novo tecido urbano. 1398
Maria Filomena Monteiro, Maria do Céu Tereno

Revitalização do Largo de Nossa Senhora da Luz: Um caminho para promover a vitalidade urbana e cultural na sede de Paço do Lumiar, Maranhão. 1490
Duailibe, MSc Andrea C. S. C.; Santos, Lorena G.; Silva, Melissa A.; Santos, Rianny S. Dos; Goiabeira Filho, Walter G.; Sousa, Wellington J. C.

Reinterpretação da Renovação na Herança Cultural Urbana: O Caso de Setúbal. 1432
Manuela Maria Justino Tomé

Prainha – Permanências , apagamentos e transformações da paisagem. 1446
Cláudia Inez Resende Melo, Eneida Maria Souza Mendonça

Sistemas urbanos e transformação da cidade Porto. Sistema conventual, desamortização e renovação do espaço urbano. 1464
Maria José Casanova

Períodos Morfológicos do Urbanismo Novo-Hispano. 1465
Norma E. Rodrigo Cervantes

A Conservação da Paisagem e seus Parâmetros Urbanísticos. 1479
Vanessa Maschio dos Reis, Roberto Montezuma Carneiro da Cunha e Talys Napoleão Medeiros

Recife: Limites e Possibilidades para a Implantação de Novos Parques Urbanos. 1497
Vanessa Maschio dos Reis, Talys Napoleão Medeiros, Ana Raquel Santos de Meneses

Processo de Gestão de Parques Urbanos: Estudo de Caso em Porto Alegre, Brasil. 1515
Luciana Inês Gomes Miron, Nathália Danezi, Cristiane Cassol Schvarstzhaupt

Do território planejado ao espaço do mercado. Os Corredores de Centralidade de Porto Alegre 1529
William Mog, Lívia Salomão Piccinini

O papel da forma urbana na disputa do novo ordenamento territorial da cidade São Paulo. 1544
Joyce Reis Ferreira da Silva

Do Plano da Região aos Planos das Cidades: Os Conceitos Urbanísticos Utilizados nos Planos das Cidades Relocadas no Rio São Francisco. 1558
Antonio Willamys Fernandes da Silva

A forma urbana nos territórios habitacionais em cidades de fronteira – o caso de Foz de Iguaçu, Paraná-Brasil. 1576
Juliana Rammé, Silvia Mikami G. Pina

A cidadania na construção coletiva do território. Casos de Estudo: Portimão e Loulé. 1592
Lucinda Oliveira Caetano, José Luís Crespo, Ana Rita Queirós, Luís Manata e Silva

Programa ponte. Uma abordagem sustentada à reabilitação das ilhas do Porto. 1606
Aitor Varea Oro, Paulo Alexandre Monteiro Vieira

O que é uma interface? A perspetiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP. 1624
Ana C. C. Farias, Alexandra Paio, Roberto Falanga

O papel funcional do arquiteto e urbanista pela recuperação sócio espacial de comunidades favelizadas no Brasil. 1638
Mário Márcio Santos Queiroz, Flávia Batista da Mota, Mellyssa Ribeiro Ramos

Práticas Militantes em Urbanização de Favelas. Uma pesquisa a partir da ação de sujeitos – a Peabiru TCA. 1653
Lara Isa Costa Ferreira, Karina Oliveira Leitão

Arquitetura Vernacular: Teixoso como caso de estudo. 1672
Matos, Rúben

Cartas Municipais de Património. Do Inventário ao Instrumento de Gestão. 1684
Tarrafa Silva, A., Cunha Ferreira, T

Intervir com Valor(es). 1698
Vanessa Pires de Almeida, Adelino Gonçalves, Margarida Relvão Calmeiro

O Plano Diretor Municipal como instrumentos de planejamento e preservação do Patrimônio Histórico. O caso da Cidade de Cáceres – MT. 1713
Gisele Carignani, Thais Lara Pinto de Arruda

Investigando códigos urbanos e urbanidade: Aspectos morfológicos das leis urbanísticas de Parnamirim e seus rebatimentos sobre padrões de urbanidade. 1726
Fabrício Lira

Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX. O contributo dos Cine-Teatros. 1743
Ana Cláudia Cardoso Brás

Da análise morfológica urbana e da percepção sintética. Uma Metodologia do "Pensamento Lógico ao Nível do Sensível" - Metodologia de suporte para a elaboração de planos em áreas históricas. 1761
António Ricardo da Costa

Património: um percurso pelas memórias do Teixoso. 1781
Rúben Matos

As Secções do Vale em Caldas do Moledo. A metamorfose do Lugar e do Tempo nas paisagens arquitectónicas do Douro. 1791
Ana Filipa Dias, Carla Garrido de Oliveira, Teresa Calix

'No meio do caminho...um casarão' 1809
Thiago Oliveira Gonçalves Lima

Metamorfoses urbanas e segregação de comunidades pesqueiras, em conjuntos urbanos tombados no litoral brasileiro. 1826
Ramon Fortunato Gomes, Ricardo Batista Bitencourt, Rômulo José da Costa Ribeiro

Casa Modernista em São Luís – Maranhão. A análise formal de duas residências no eixo de expansão urbana entre 1940 e 1970. 1841
Bianca Tereza Lins Rabelo Barbosa, Grete Soares Pflueger

Ressignificar lugares: regeneração urbana como processo de memória colectiva. O caso do Hub Criativo do Beato. 1851
Ana Nevado

Fisionomia Urbana. Do ideal para o real, croquis urbanos e o reconhecimento dos jardins internos do Setor Sul, Goiânia-GO. 1861
Priscila Pires Corrêa Neves, Luiz Carlos de Laurentiz

Valorização da Paisagem em Tijucas, SC: Lugar, História e Cultura. Trabalho Final de Graduação (TFG) como visão de Conjunto. 1879
Andrea Luiza Kleis Pereira, Giselle Carvalho Leal, Bruna L. F. Rodrigues Fachin

Requalificação do Adro do Conjunto Franciscano de Olinda – Pernambuco – Brasil. 1894
Vania Cristina Silva Cavalcanti, Terezinha Monteiro

III. DESÍGNIOS

A geometria da cidade ideal, de Filarete a Villalpando. 1912
Eduardo Fernandes, João Cabeleira

Formas da cidade: Utopias e realidades. 1927
Luiz Fernando da Silva Mello

Da Cidade-Presépio à cidade-ilha ficcional. A imagem simbólica (in)visível de Vitória (Espírito Santo-Brasil). 1945
Milton Esteves Junior, Linda Kogure

A evolução e persistência de um desígnio. O 'Plano Parcial do Campo Alegre', 1952-66. 1958
Sílvia Cristina Teixeira Ramos

PP4 e Vila Expo'98. 20 anos de uma ideia de desenho urbano. 1970
Pedro Luz Pinto

Arquitectura, infra-estrutura, paisagem: construir a urbanidade na 'cidade sem forma'. 1986
Rodrigo Coelho

Modernização de ontem, vitória de hoje. Uso comercial na Avenida Jerônimo Monteiro em Vitoria/ES – Brasil. 2000
Viviane Lima Pimentel, Brenda Aurora Pires Moura, Flavia Santos Sanz, Samira Medeiros Littig

Escala territorial e forma urbana. A participação das estruturas naturais. 2018
Gislaine Elizete Beloto, Rafael Rossetto Ribeiro

Forma urbana e Mobilidade: Transporte Ativo na Cidade Formal e Informal. 2029
Sabrina da Rosa Machry, Júlio Celso Borello Vargas, Bibiana Valiente Umann Borda , Lourenço Marques Valentini

Interação social e morfologia urbana: caminhabilidade no Centro de Vitória (ES). 2047
Carvalho, Rodrigo de, Campos, Martha Machado

O estudo do 'Território' e da 'Morfologia Urbana' no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1974). 2063
Patrícia Bento d'Almeida, Teresa Marat-Mendes

Apr(e)ender (com) a cidade colonial brasileira: experiências de atividades de ensino no Curso de Arquitectura e Urbanismo da UFRN. 2075
José Clewton do Nascimento

Território em conflito: ruralidades urbanas na cidade. 2095
Carolina Ferreira da Fonseca, Pedro Dultra Britto

O desenho enquanto desígnio. Pensamento gráfico: configurações reais e imaginárias. 2105
José Manuel Barbosa

Transformando mosaicos urbanos através do Território Educativo. Uma prática pedagógica no ensino da arquitectura e urbanismo. 2123
Flávia Lima, Alain Flandes, Giselle Arteiro

Diálogos formados e em formação acadêmica na visão de Inserção Projetual para a Habitação de Interesse Social. 2141
Mário Mário Santos Queiroz, Mariana Gomes Guedes, Silvio Parodi de Souza

Ações de formação e reflexão sobre favelas. A atuação do coletivo LabLaje no contexto brasileiro. 2157
Lara Isa Costa Ferreira; Paula Custódio de Oliveira; Felipe Moreira; Victor Iacovini; Vitor Coelho Nisida; Rodrigo Faria; Henrique Frota

Território do Bem. Resposta comunitarista e alternativa urbanística à segregação socioespacial. 2172
Enrico Corvi, Milton Esteves Junior, Michelangelo Russo

Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia. 2184
Ligia Nunes, Carla Portal, Alexandra Paio

Nelson Ferreira dos Santos: métodos e procedimentos de trabalho na contemporaneidade de sua obra 2197
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa, Maria Lais Pereira da Silva

A assistência técnica e a institucionalização da autoconstrução no Brasil. 2207
Nathálya Louise Macêdo Leal, Liza Maria Souza de Andrade

Urbanizar a Teoria, Teorizar o Urbano. A investigação probabilística do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco. 2221
Bruno Gil

As observações filo-morfológicas de Fernando Távora. 2236
François Dufaux

Bases Conceituais da Morfologia Urbana. 2249
Camila de Queiroz Pimentel Lopes

O paradigma da preservação cultural brasileira e sua interface com as escolas inglesa e italiana de Morfologia Urbana. 2262
Staël de Alvarenga Pereira Costa, Maria Manoela Gimmler Netto, Priscila Schiavo Gomes da Costa; Débora Blanda Ferreira Aires Salomão

Liminaridade. Uma Mediação sobre Percursos Intersticiais Urbanos. 2274
Saraa Al Shrbaji, João Rosmaninho

A negação das cidades moderna e pós-moderna. Uma análise da visão distópica do videojogo Horizon Zero Dawn. 2293
Cláudio Valentim Rocha Leal